



## Universidades Lusíada

Fernandes, Ernesto

### **Recensão de cuidar o futuro : um programa radical para viver melhor da Comissão Independente População e Qualidade de Vida**

<http://hdl.handle.net/11067/4122>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2000
<b>Resumo</b>	A Comissão- autor deste livro foi criada, entre Dezembro de 1991 e Março de 1992, sob a égide da Fundação Rockefeller, reunindo participantes de Organizações Internacionais, de Organismos Bilaterais de Desenvolvimento e Ministérios dos Negócios Estrangeiros de vários países, bem como especialistas internacionais. Presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo, a Comissão integrou 18 membros e 2 conselheiros, suportada num secretariado de 15 elementos. Este livro relatório, quase ignorado entre nós, ...
<b>Palavras Chave</b>	Qualidade de vida, Desenvolvimento sustentável
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	no
<b>Coleções</b>	[ULL-ISSSL] IS, n. 21 (2000)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T08:27:42Z com informação proveniente do Repositório

# CUIDAR O FUTURO. UM PROGRAMA RADICAL PARA VIVER MELHOR

Comissão Independente População e Qualidade de Vida, presidida por *Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Trinova Editora, 1998.

*Ernesto Fernandes\**

## **Introdução**

A Comissão - autor deste livro foi criada, entre Dezembro de 1991 e Março de 1992, sob a égide da Fundação Rockefeller, reunindo participantes de Organizações Internacionais, de Organismos Bilaterais de Desenvolvimento e Ministérios dos Negócios Estrangeiros de vários países, bem como especialistas internacionais. Presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo, a Comissão integrou 18 membros e 2 conselheiros, suportada num secretariado de 15 elementos.

Este livro relatório, quase ignorado entre nós, apesar da sua qualidade interrogativa e da criatividade das suas propostas, tem por nome Cuidar o Futuro. É surpreendente a sua análise nua e crua que, ferindo a normalidade consentida de um mundo em transição global, reconstitui no leitor a emoção do possível. Este reencantamento, esta paixão de estar vivo e de aprender a viver juntos, enfrentando os números da nossa miséria (PNUD, 2000) ou a linguagem estética da fotografia de Sebastião Salgado, presente nos deslocados - emigrantes - excluídos de milhões de pessoas.

A Comissão debateu-se com um problema: recenciar livros, relatórios e documentos internacionais e tratar informação disponível pelos media ou elaborar uma nova visão das questões internacionais da população, tomando como elementos de referência os direitos humanos e as condições sócio-económicas, como refere, no Prefácio, Maria de Lourdes Pintasilgo. Que dizer de novo, como interromper / intersectar a nossa normalidade,

---

\* Docente do ISSSL

colocando em confronto competitividade agressiva e cooperação, independência feroz e interdependência, expansão e equilíbrio/ qualidade de vida (p.IX). Nesta procura, a Comissão inventou - experimentou um método: escuta das vozes das pessoas, vozes escutadas como força condutora dos seus esforços através de audições, na base do grito de alguém: nós merecemos uma qualidade de vida melhor. Assim, o método das audições públicas regionais (África Central de Leste, África Ocidental, América do Norte, Ásia do Sul, América Latina, Sudoeste Asiático, Europa de Leste, 1993 - 1994) foi a escolha que enformou a reflexão e produção deste Relatório.

Penso que este método, em tempo de encurralamento pela informação, favorece a democracia: dar vez e voz ao cidadão, devolver o poder ao cidadão e aos elementos dinâmicos da sociedade civil.

A estrutura do livro integra o Prefácio, da autoria da Presidente da Comissão, a Introdução - Um mundo em transição e as seguintes partes: Primeira parte - Contexto e desafios, Segunda parte - Para uma nova visão, Terceira parte - De uma nova visão a políticas concretas e Quarta parte - Novas perspectivas globais, que inclui um capítulo de Conclusões e recomendações.

### **Para uma nova visão: o codesenvolvimento**

O presente Relatório - livro enquadra-se na melhor tradição dos últimos 30 anos. Funda-se na teoria crítica, esta corrente que Marx - Engels formulou como alternativa ao liberalismo que, nas suas metamorfoses, determina o económico e o político e modela a alma das gentes, do Primeiro ao Terceiro Mundo. Evidencia uma crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental, capitalista, individualista, sexista. Globalizado nestas suas características, no tempo actual, de perda rressacada e de exclusão, de promessa ou de colapso.

Globalização. Palavra in-certa, banalizada, quase mágica. Palavra que revela e/ou oculta: que modo de vida? com que relações sociais, económicas e políticas? que ambiente e com que recursos naturais?

É frequente reduzir-se a globalização ao surgimento de novos mecanismos económicos: os mercados financeiros mundiais abertos 24 horas por dia (economia de casino). Ou à instantaneidade da informação e à sua circulação planetária. Contudo, a globalização modela-se como um processo de mudanças múltiplas também a nível pessoal, interssubjectivo e local. Porque tudo é relacional, as esferas do ideológico e do cultural não escapam a esta ruptura da sociedade moderna, em curso nos últimos 30 anos.

A globalização recomenda-se pelo conjunto de promessas e expectativas que liberta: os avanços científicos e tecnológicos a permitir o conhecimento e a informação espantosamente acessíveis; a consciência dos direitos da natureza e a luta pela preservação dos recursos naturais; a sensibilidade às culturas locais e à defesa das identidades em oposição ao colonianismo e uniformização culturais; a recusa do etnocentrismo pela

multiculturalidade em nome da paz e da tolerância solidária; a abertura à diversidade de estilos de vida e à aventura das diferenças e projectos próprios de cada um, nomeadamente pela educação e formação profissional altamente variadas, reconhecendo um lugar ao sol às artes, ao espectáculo e ao não material.

Mas a globalização interroga-nos através das disparidades e riscos que produz, intimida e gera impotência: o abismo entre países do Norte/desenvolvidos e países do Sul/subdesenvolvidos; a pobreza e as exclusões sociais escandalosamente instaladas nos países ricos, bem como o desemprego estrutural; o racismo e a xenofobia crescentes nos países democráticos e toda a sorte de discriminações face às mulheres, aos velhos, aos deficientes e às minorias; o tráfico de seres humanos (mulheres e crianças) a triangular com as redes criminosas do negócio da droga e das armas; o império do lucro desmedido em prejuízo da qualidade do ambiente e da protecção do património construído; os crimes contra a humanidade de ditadores protegidos ou consentidos; uma África em agonia pela guerra, fome e outros flagelos e catástrofes.

Neste jogo de promessas e excessos, neste confronto tantas vezes mortal entre amor e ódio para lembrar Freud, aprender a linguagem dos direitos humanos e dos povos é a via que pode casar liberdade e democracia. Ou seja, consolidar e aprofundar a democracia política pela cidadania participativa e co-responsável, desde a família e a escola ao local e aos outros locais do mundo. Pela educação, promover o associativismo e os movimentos sociais de protesto, indignação e reivindicação contra um mundo desviado, errático e fragmentado. Requer uma profunda cultura cívica, como refere Anthony Giddens<sup>1</sup>.

A análise crítica e propositiva apresentada ganha em elucidação se referenciada à ciência como eixo central do projecto sociocultural da modernidade. A crítica deste projecto, em gestação desde o século XVI e emergente desde a dupla evolução, obriga a problematizar a ciência moderna, também ocidental, capitalista e sexista. Questionando a ruptura epistemológica moderna (do senso comum à ciência), Boaventura Sousa Santos propõe uma segunda ruptura epistemológica (da ciência para o senso comum) que contribua para a construção de um novo senso comum - emancipatório, solidário, participativo e reencantado. Este novo saber é um saber prudente porque considera e aceita cruzar-se com os outros saberes, o das religiões, da filosofia, das letras e das artes, da sabedoria popular.<sup>2</sup> De forma explícita, a Comissão adopta como quadro de referências a “Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social”<sup>3</sup>, mas constitui a qualidade do ambiente como dimensão crucial, directa ou indirectamente, da qualidade de vida (p.37). Dai, a urgente necessidade de definir um novo objectivo para o desenvolvimento: a melhoria sustentável da qualidade de vida. (p.73)

O relatório confere centralidade ao desafio ecológico (desertificação, desflorestação, erosão dos solos, poluição do ar, aquecimento global, redução da biodiversidade, poluição dos oceanos), parte integrante e indissociável do desafio da população (crescimento espectacular no pós II G.M.), do desafio social (pobreza, fome, desemprego, analfabetismo, exclusões), e do desafio económico (o desenvolvimento equiparado exclusivamente

ao crescimento económico, descuidando das implicações e custos sociais e ambientais).

Propõe-se uma nova visão que dê origem a uma nova cultura que tenha a ética como base, que subordine tudo à ética e coloque o cidadão no processo de mudar o mundo (p.307).

### **Para um novo contrato social: a cidadania democrática**

Na era do capitalismo globalizado (hegemonia do capitalismo financeiro), urge uma leitura sócio-histórica do processo de construção da cidadania moderna. Processo que segundo Marshall (1949), se traduziu nos estádios da cidadania civil (séc. XVIII) e da cidadania política (séc. XIX) e se concluiria na cidadania social, no séc. XX. Uma tendência contrariada, não no pós-guerra que consolidou o Estado Providência na Europa democrática e rica, mas pela desorganização do capitalismo, sobretudo a partir dos anos 80. Neste contexto, os discursos políticos, as concepções e as práticas materializam-se, de forma matricial, na seguinte dualidade de posições:

- defesa da cidadania civil regida pelos direitos cívicos e políticos com a desvalorização da cidadania social, transferindo a sua protecção para a assistência do Estado e para a solidariedade da sociedade civil (direita liberal, porque a direita restauracionista põe em causa os próprios direitos cívicos-políticos dos emigrantes e de toda a sorte de marginais “brancos”, apesar de cidadãos nacionais);
- defesa da cidadania baseada na indivisibilidade dos direitos cívicos-políticos e dos direitos sociais, com maior ou menor extensão do protagonismo da sociedade civil através das solidariedades primárias, dos novos movimentos sociais, das organizações não governamentais (nova esquerda ou esquerda crítica e esquerda tradicional, esta sempre sobrevalorizando o estatismo social).

A Comissão coloca a exigência de um novo contrato ancorado na dignidade do ser humano e na solidariedade social em oposição ao individualismo e à propriedade como sustentáculos do contrato moderno.

A cidadania democrática, apesar de todas as discriminações que abrigou em relação às mulheres, emigrantes, deficientes e outros “anormais”, nos últimos 20 anos, está confrontada com o agravamento e novas desigualdades sociais mesmo no seio das sociedades do Centro, já que a cartografia dos problemas na Periferia assume dimensões explosivas. Não basta a crítica dos críticos se não for reposta a indignação e a busca de alternativas societárias, experimentadas no local com sentido do global.

Um novo contrato social baseado numa nova ética, a ética do cuidado: O cuidado por nós próprios, pelos outros e pelo ambiente é a base necessária duma melhoria sustentável da qualidade de vida (...). Precisamos de uma ética envolvente de cuidado pelos nossos companheiros de humanidade e pela nossa casa comum, a Terra (p.135).

Contrato para a qualidade de vida, entendida como um conjunto de direitos e deveres, e como um objectivo tanto para os decisores políticos como para os elementos dinâmicos

da sociedade civil, como refere Maria de Lourdes Pintasilgo. Tal desígnio requer políticas concretas sobre a evolução demográfica, o trabalho, a educação, os cuidados de saúde, as mulheres como nova força social (p. 153-290) e a mobilização das forças sociais, particularmente da sociedade civil organizada, constituída como Terceiro Sector, coexistente com o sector público - Estado e com o sector privado - Mercado (Cf. p.307 - 308).

O Relatório termina com um capítulo de Conclusões e recomendações, que acentua o insubstituível papel da Assembleia Geral das Nações Unidas e suas agências especializadas em ordem a uma viragem revolucionária nas relações internacionais, condição necessária para a melhoria sustentável da qualidade de vida (p.370).

Concluindo. O presente Relatório nas suas propostas reflexivas e políticas assenta na capacidade da Humanidade de cuidar do outro (p.343) e, simultaneamente, cuidar da natureza e do futuro. Enriquece, pelo seu carácter crítico e inovador, o capital das ciências sociais e das ciências ambientais de tradição crítica e emancipatória:

Não estamos nos primórdios da pós-história, não estamos no fim da pré-história humana, estamos num novo começo. Teremos de enfrentar os imensos problemas do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo e do nosso próprio subdesenvolvimento humano, psíquico e moral. Teremos de enfrentar as consequências da invasão da tecnociência sobre a democracia, sobre a vida quotidiana e, enfim, sobre o pensamento. Teremos de reaprender a ver, conceber, a pensar, a agir. Não conhecemos o caminho, mas sabemos que o caminho se faz andando.<sup>4</sup>

## Notas

- <sup>1</sup> Cf. GIDDENS, Anthony (1999) - *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença, 2000.
- <sup>2</sup> Cf. SANTOS, Boaventura Sousa (1989) - "Introdução a uma Ciência Pós-Moderna", Porto, Afrontamento, Ciência, in CARRILHO, Manuel Maria, *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1991, p.23-43.
- <sup>3</sup> ONU (1995) - *Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social*, Copenhaga, 6-12 de Março de 1995, in VELOSO, Maria Joana e GOMES, Teresa Santa Clara (orgs.), *Desenvolvimento: Dívidas e Esperanças*, Lisboa, Plataforma Portuguesa das ONGD
- <sup>4</sup> MORIN, Edgar (1993) - *Os problemas do fim de século*, Lisboa, Ed. Notícias, p. 6-7.